

CONFIDENCIAL



SEGREDO DE ESTADO **NO BRASIL**

ANDRÉ DEL NEGRI



D'PLÁCIDO
EDITORA

SEGREDO DE ESTADO NO BRASIL

ANDRÉ DEL NEGRI



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, André Del Negri.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza

Diagramação
Christiane Moraes de Oliveira



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

DEL NEGRI, André
Segredo de Estado no Brasil -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia
ISBN: 978-85-8425-399-9

1. Direito. 2. Direito Constitucional I. Título. II. Direito

CDU342

CDD 341.2

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são semibiográficos e pesquisas são escritas não só a partir de bibliotecas e muita escavação literária, mas também da interlocução com outros profissionais de áreas diversas do conhecimento humano, que nos ajudam a singrar os mares da pesquisa científica. Várias interlocuções deram-me a oportunidade de experimentar a ideia central, o que me proporcionou clareza e confiança. Ao longo deste estudo, ao que apurei, contraí muitas “dívidas” com “credores” de extremo bom-gosto e de muita paciência. Por isso, há algumas pessoas a quem devo agradecer, lembrando sempre da dificuldade de dizer nomes, porque corremos o sério risco dos esquecimentos lamentáveis.

Esse agradecimento é desde já devido a Ronaldo Brêtas, que, mais que qualquer outra pessoa, me convenceu a fazer doutorado, bem como aceitou a orientação de uma pesquisa com um tema polêmico. Dele há cinco ou seis coisas que sempre vou guardar: a altivez; a oratória admirável em suas palestras; as “tiradas” rápidas e engraçadas, com a risada, ao final, que contagia a todos; o modo com que é respeitado e cumpre as suas tarefas; e a generosidade acolhedora ao me acompanhar na produção da tese doutoral. Tem estilo, coragem e inteligência. Tudo isso o coloca num campo no qual se mostra invencível.

A pesquisa seria insustentável e sua principal tarefa científica decerto irrealizável, não fosse o ensino de alto quilate intelectual do professor Rosemiro Pereira Leal, que me permitiu uma compreensão (interpretação) do discurso democrático, com suas aulas determinantes – algumas realmente magníficas –, as quais registraram o esplendor da sua inteligência e que me marcaram para sempre.

Não podia perder uma ocasião tão boa para lembrar, com afetiva simpatia, de Leonardo Marinho Marques, que está bem acima daqueles que buscam a originalidade dentro do ambiente acadêmico. O agradecimento pela atenção, paciência e disponibilidade e ainda por ter contribuído fantasticamente para a pesquisa. Devo-lhe mais do que posso expressar.

A Lucas de Alvarenga Gontijo, com seu refinamento que salta aos olhos, mas também brilhante e coerente, oferecendo-me uma das mais belas recordações da Academia. É absolutamente clara minha admiração, que ultrapassou a sala de aula.

A Dhenis Cruz Madeira por permitir importantes interlocuções. Cabe antes, e principalmente, dizer que agradeço pelo estímulo que sempre me deu, um incentivo generoso, um encorajamento vital no sentido de eu acreditar em um dia cursar o doutorado em Direito. Obrigado pela palavra amiga e confortadora.

A Sérgio Tiveron, que me apresentou um ângulo do Direito de que nunca me haviam falado. As minhas leituras daí em diante se ampliaram. Eu tinha vinte e poucos anos.

Obrigado ao Lúcio Delfino pelo apoio e generosidade, duas formas em que se pode medir um homem. Diferente de muitos, dada a sua educação, sabe como ninguém a ser cortês dentro da nossa áspera área profissional.

Obrigado ao caríssimo André Cordeiro Leal, que, para mim, tem sido um dos mais elegantes e finos professores dentro da Academia. A sua assistência científica tem sido um apoio considerável para o meu desassossego nas lutas penosas de cada dia.

Ainda aproveito a oportunidade para agradecer a Richard-Paul Garrell, por conversar sobre o tema, ainda no marco zero da pesquisa, mas que foi suficiente para suscitar interessante e inicial material de leitura, como, também e especialmente, aos Professores Vinícius Lott Thibau e Andréa Alves de Almeida, seja por suas obras, quer seja por meio de interlocuções diretas e indicações bibliográficas, um auxílio luxuoso. Ao professor Vinícius Thibau, o agradecimento é devido pelo alto grau de tolerância diante das minhas angústias, mas também porque consegue esclarecer os grandes e pequenos porquês das atribulações da ciência do direito processual. A Andréa Alves por ter produzido importantes páginas sobre os mais difíceis assuntos no campo da ciência do Direito, ajudando-me a raciocinar melhor, no caminho da pesquisa.

Devem ser citados Guilherme Bento Gonçalves, que se identificou completamente com o tema e sempre teve muita vivacidade para discuti-lo a fim de atravessar melhor esses tempos brasileiros, e Sávio Gonçalves dos Santos, o qual estou em débito há muito tempo, por ter me ajudado a compreender os temas difíceis de Filosofia no momento em que o meu conhecimento era insuficiente. Os dois, cada um a sua maneira, lançaram observações da maior relevância durante a elaboração deste trabalho.

Obrigado ao Marcelo Nogueira, que, com discurso claro ao falar de temas difíceis – didatismo acentuado pelo tempo de docência –, socorreu-me, em tempo oportuno, com preciosas observações e esclarecimentos.

Ainda devo expressar agradecimento a Rodrigo Borges de Barros, que também me ajudou, generosamente, franqueando-me seus livros para o estudo, nesta longa e paciente pesquisa, acompanhando e incentivando de perto os passos deste projeto acadêmico.

A Soninha, a gratidão por ter me acolhido, tão generosamente, em Belo Horizonte. Obrigado não só pela gentileza, mas também por ter me ensinado o que é a verdadeira hospitalidade. Em uma palavra: obrigado.

A colaboração material de agência de fomento à pesquisa deve ser lembrada. Neste caso, falo da Bolsa de estudos concedida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Sem esse recurso, que me proporcionou um tempo científico, sustentado com tributos que oneram o trabalhador, talvez o meu doutoramento não tivesse sido possível. Uma assistência inestimável, porque, é claro, subsidiada por impostos pagos pelo povo brasileiro, a considerar a renda média de um trabalhador honesto neste país.

Aos meus pais, João e Luzia, a quem tanto devo, com enternecida emoção, tentando retribuir cada palavra de conforto, cada incentivo e afago diante das dificuldades que juntos enfrentamos na vida. De fato, vocês, em todas as circunstâncias, inclusive nas mais espinhosas, têm dado mostras de ternura inigualável. Para agradecê-los à altura eu precisaria ter a capacidade de um poeta.

Ao Iago, meu filho, por ter suportado (com leveza e bom humor) a minha ausência diante das pesadas tarefas diárias – uma tarefa quase de Sísifo –, de um pai professor e que resolveu britar pedras como pesquisador. Pelos fins de semana arruinados, junto de compromissos adiados, sentidamente, o pedido de desculpas pelas horas roubadas.

Finalmente, de maneira muito especial, devo ainda expressar agradecimentos a Maria Auxiliadora Detoni, que me ajudou consideravelmente, um amparo insubstituível, em todos os sentidos, por razões que extrapolariam este pequeno espaço, cujo estímulo foi essencial para prosseguir. Essa ajuda, Auxí, que me confortou na sofrida tarefa dos últimos anos, nos momentos mais difíceis, levarei para sempre. Uma ajuda infinita, do tamanho da minha gratidão.

NOTA DO AUTOR

Este livro foi escrito com caráter de tese doutoral, ora em sua versão definitiva, de modo a comentar, que, por Banca altamente qualificada, formada por sete grandes nomes das letras jurídico-científicas deste país, obteve aprovação com recomendação de publicação e distinção *Magna Cum Laude* pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas (conceito – CAPES 6).

Buscou-se, ao longo da pesquisa, tentar falsear posicionamentos teóricos que ainda perambulam nos meios acadêmicos, até então abarrotados de laivos do dogmatismo, um penoso esforço.

O que verificamos foi que o poderio da informação é uma das mais nefastas técnicas de controle social, uma “mentalidade de bunker”, junto a desvios e excessos dos homens ao longo dos séculos, com os objetivos mais sombrios e sinistros. Os porquês da pesquisa devem impressionar a quantos se dedicam ao estudo do assunto, o “segredo de Estado”, nosso problema de pesquisa, temática sempre enodada de graves deslizes.

Este livro, portanto, é a escrita de um tempo que não faz parceria com o tempo censurado, emudecido pelo silêncio imposto ao povo. É fundamental, que, no cômputo geral, que qualquer pessoa, na contemporaneidade, tenha sede de informação e de interrogações.

Essa é a própria dinâmica da democracia, compreendida, aqui, por um de seus ângulos, como instituição em que todas as informações estão permanentemente abertas à fiscalidade pública, uma chave que descerra as portas do “segredo de Estado”, que, a bem dizer, é um mecanismo edificado há muito tempo, e que vemos até hoje vivo na história do presente, assunto que não foge à secura e dureza da “Razão de Estado”, eixo com raízes na noite profunda dos séculos

e que tem como objetivo regular a ordem na República, ao menos é isto o que lemos nas mais diversas obras que cuidam do tema em âmbito acadêmico.

A validade dessa interpretação é, no entanto, neste livro, aferida de perto, dado que as instituições – formadas por grupos de pessoas – tornaram invisível algumas informações de interesse público. Por conta disso, temos um quadro de esgrimas literárias.

Assentadas essas ideias, impõe-se destacar que este livro é um estudo conjunto do Direito Processual com o Direito Constitucional (em especial da Escola Mineira de Direito Processual, com seu modelo de elegância e conjecturas), desafiando definições rígidas dos gêneros da literatura jurídica especializada.

Com enfoque na Constituição, ao passo que a processualidade é observada, mais nos aproximamos da construção de um Estado Democrático de Direito. Sendo assim, não se deve descartar o *processo* como interrogador de decisões do Executivo, uma vez que o Estado como fonte de mistério é algo inaceitável.

É necessários, pois, meter mãos à obra a fim de evidenciar modos mais públicos de funcionamento das funções de Estado.

O AUTOR

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Documento comprovativo de que o Brasil, a pretexto de apresentar-se neutro diante da guerra Irã-Iraque, ainda assim, acenava fazer negócios com o Irã no que diz respeito a venda de armas e munição.....381
- Figura 2** - Documento da Marinha e negócios com o Irã.....382
- Figura 3** - Documentação assinada por ministros e encaminhada ao Presidente da República – João Baptista Figueiredo (período na presidência 1979-1985) – sugestão de negócios com o Irã.....383
- Figura 4** - Documento de assinatura com o Irã.....384
- Figura 5** - Documento de intercâmbio com o Irã.....385
- Figura 6** - Documento negociação com o Irã.....386
- Figura 7** - Enquadramento do Departamento de Ordem Política e Social de criança de 02 anos.....387
- Figura 8** - Subversivos, revolucionários classificados.....387
- Figura 9** - Foto: Silvaldo LeungVieira – fotógrafo que foi usado pela ditadura para registrar a morte do jornalista.....388
- Figura 10** - Vladimir Herzog trabalhando em uma redação no ano de 1966.....389
- Figura 11** - Foto da morte de Vladimir Herzog.....390

Figura 12 - Novo atestado de óbito de Vladimir Herzog, após decisão judicial.....	391
Figura 13 - Operações policiais do serviço de inteligência na época da ditadura I.....	392
Figura 14 - Operações policiais do serviço de inteligência na época da ditadura II.....	393
Figura 15 - Relatório de observação de show de Chico Buarque 1972.....	394
Figura 16 - Comentário sobre música de Chico Buarque.....	395
Figura 17 - Em relação ao músico Caetano Veloso I.....	396
Figura 18 - Em relação a Caetano Veloso II.....	397
Figura 19 - Em relação a Caetano Veloso III.....	398
Figura 20 - Documentos relacionados com gastos presidenciais de viagens I.....	399
Figura 21 - Documentos relacionados com gastos presidenciais de viagens II.....	400
Figura 22 - Documento relacionado a privatizações.....	401
Figura 23 - Documento relacionado ao requerimento de informação sobre o projeto financiado com créditos do BNDES para a construção do porto de Mariel, em Cuba, antes da desclassificação da informação.....	402
Figura 24 - Número de Informações classificadas no Brasil.....	404
Figura 25 - Informações classificadas - Lei de acesso à informação - E-Sic.....	405
Figura 26 - Governo dos EUA e informações privilegiadas sobre o destino de Rubens Paiva.....	408

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I	
O segredo e a lei, ideologia e política	39
1.1. Noções introdutórias.....	39
1.2. Notas de estudos a respeito de Estado.....	55
1.3. Segmentações em história do Estado.....	59
1.4. Estado Democrático de Direito: uma abordagem processual.....	74
CAPÍTULO II	
Razão de estado e seus elementos políticos	83
2.1. Introdução.....	83
2.2. Atos sigilosos: informações fabricadas e espaço desprocessualizado.....	93
2.3. Forjando a Publicidade.....	102
2.4. Pela publicidade, para além do segredo.....	104
2.5. Entre a restrição e a publicidade.....	107
2.6. Leis brasileiras e segredo de Estado.....	112
2.7. O secretismo nas Constituições brasileiras.....	114
2.8. Dissipando as ambiguidades entre sigilo e segredo.....	117

CAPÍTULO III

A publicidade estatal na construção e na divulgação da lei	121
3.1. Notas introdutórias.....	121
3.2. Promulgação e Publicação: a importância da abordagem.....	123
3.3. Publicidade, mas não só publicação.....	126
3.4. A questão de ver a publicação como função possibilitadora de testificações.....	127

CAPÍTULO IV

Direitos fundamentais e democracia no âmbito jurídico-político	131
4.1. Introdução.....	131
4.2. A vez do acesso à informação.....	133
4.3. Informação, cidadania e campo de reflexão.....	140
4.4. O devido processo na produção da lei de acesso à informação pública.....	143
4.5. O segredo e a ditadura: aspectos descritivos.....	152
4.6. Panorama geral da Comissão Nacional da Verdade no Brasil e o acesso à informação.....	155

CAPÍTULO V

O secreto, a divulgação de informação e instituições públicas – permanências e mudanças	161
5.1. Modo de introdução.....	161
5.2. Uma imagem ampliada da publicidade na função legislativa: o fim da votação secreta e cassação de mandatos.....	163
5.3. Dados e informações sigilosos: tempo de duração e escalas.....	168
5.4. Presidência da República e a “segurança da sociedade e do Estado”.....	178
5.5. Declaração de sigilo como técnica de controle das informações pelo Executivo.....	200
5.6. Reflexão crítica sobre os critérios de classificação da Administração Pública: sinais de contradição processual e de ilegitimidade.....	203

5.7. Sobre a classificação de informação, os vários sentidos jurídicos da Lei nº 12.527/11 e o acesso à informação no Direito democrático.....	224
--	-----

CAPÍTULO VI

Segredo de estado e suas tecnoesferas de ação: um lugar de pesquisa.....

243

6.1. Introdução.....	243
6.2. Agências de inteligência planetária na contemporaneidade.....	256
6.3. Especulações em biopolítica e razões de “segurança da sociedade e do Estado”.....	260
6.4. Atividade de inteligência no Brasil: aspectos descritivos.....	276
6.5. Sobre implicações inquisitoriais e Atividade de Inteligência no Brasil: em busca da ampla defesa.....	287
6.6. A atividade de inteligência entre a publicidade e o sigilo: implicações críticas.....	295
6.7. Atos sigilosos de Estado e provas ilícitas.....	303
6.8. Problemas de interpretação e argumento decisivo: a gênese do documento.....	310
6.9. O Segredo, o Processo e a Democracia.....	314
6.10. Em defesa da publicidade.....	325

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....

343

REFERÊNCIAS.....

351

APÊNDICE.....

377

Nota explicativa.....	377
-----------------------	-----

ANEXOS.....

381

Anexo 1 - Arquivos da ditadura militar brasileira.....	381
Anexo 2 - Sugestão de alteração na Lei nº 12.527/11.....	409

PREFÁCIO

Mereci a honra de receber do Doutor em Direito Processual e Mestre em Direito Constitucional, Professor André Del Negri, a solicitação de prefaciá-la presente obra de sua autoria, sob o título *Segredo de Estado no Brasil*, estruturada em sua tese de Doutorado, aprovada com nota máxima e louvor por ilustrada banca de Professores Doutores, formada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas Gerais), a qual também recomendou sua publicação, pela excelência da sua pioneira e laboriosa investigação científica sobre o tema.

De início, posso afirmar que não há, na literatura jurídica brasileira, qualquer obra relacionada ao tema que concorra com este livro do Professor Del Negri, embora encontremos título estrangeiro de boa tessitura científica, que se preocupou com o assunto, da autoria de Norberto Bobbio – *Democrazia e segreto* – obra escrita no ano de 2011, traduzida para o português – *Democracia e segredo* – em 2015 (Editora Unesp).

Tive o privilégio de ser o Professor que, no Curso de Doutorado, esforçou-se em ministrar orientação acadêmica ao autor, na trabalhosa pesquisa que empreendeu, originando a presente obra. Ao lhe prestar dita orientação, compartilhei da realização pessoal do dedicado e incansável pesquisador-autor, cujas qualidades acadêmicas se revelaram com distinção ao longo do seu Doutorado, o que surge sobejamente comprovado no texto magnífico do livro ora publicado.

Vários são os pontos de destaque científico da obra que tenho a satisfação de prefaciá-la, os quais, se fossem pontualmente enumerados, tornariam quilométrico este prefácio, o que não é aconselhável,

motivo pelo qual ater-me-ei aos tópicos que mais a qualificam, os quais já são muitos.

Em síntese, a obra trata do considerado segredo de Estado, expressão de origem longínqua na história, mas que despontou na seara política e jurídica como conjunto de ideias tendentes a se alcançar o objetivo da dominação do povo pelo Estado, no exercício do poder, ao praticar atos secretos, no exercício das suas funções, acobertados pelo sigilo das “*razões de Estado*” ou concretizados enigmaticamente sob a perspectiva secreta de que assim se faz “*a bem do Estado*”. Em outras palavras, de modo geral, o segredo de Estado consolidou a força e o arbítrio manejados pelo Estado, propulsores de seus atos, muitas vezes praticados em regimes de exceção, com o escopo de consolidar o poder político.

Porém, nesse desiderato, o autor, ao mesmo tempo, de forma brilhante, procurou demonstrar como, na atualidade, o eixo teórico do *devido processo*, por meio dos seus princípios institutivos do contraditório, da ampla defesa e da isonomia, deve atuar no objetivo de se tornar óbice ou, pelo menos, de *rarefação*, ao canhestro discurso estatal secretista comumente utilizado em detrimento da democracia, princípio jurídico diretriz do Estado Democrático de Direito, sendo este o ponto marcante e original da obra, repetindo, sem símile na literatura jurídica brasileira.

Nessa linha teórica, a obra prefaciada tem seu conteúdo desenvolvido em seis monumentais capítulos, versando o segredo e a lei, ideologia e política; a razão de Estado e seus elementos políticos; a publicidade estatal na construção e na divulgação da lei; os direitos fundamentais e a democracia no âmbito jurídico-político; o secreto, a divulgação de informação e as instituições públicas e, por fim, os segredos de Estado e suas tecnoesferas de ação.

Depois de empreender excelente abordagem histórica sobre o tema atos secretos do Estado, o autor o focalizou no Brasil, inicialmente, durante o sinistro período da ditadura militar implantada no país (1964-1985, com órgãos secretos de informações), passando a tratá-lo no posterior período de implementação democrática surgida com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugurou o Estado Democrático de Direito, até os sombrios dias atuais, quando o Estado brasileiro, bradando “*segurança da sociedade e do Estado*”, realizou atos secretos relacionados à formalização de contratos de empréstimos celebrados com

Estados estrangeiros, concedendo-lhes financiamentos sigilosos em valores vultosos.

No assunto, como expressivos exemplos coletados da atualidade brasileira política e governamental, a obra bem analisa operações sigilosas de empréstimos concedidos pelo Estado brasileiro a Estados estrangeiros, como Cuba e Venezuela, lastreados em recursos públicos oriundos do Tesouro Nacional, vale dizer, arrecadados do povo contribuinte, por meio de inusitados contratos sigilosos formalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os quais atingiram cifras astronômicas de milhões de dólares, entre os anos de 2009 e 2014.

Apressou-se a obra prefaciada em esclarecer, com destacada ênfase, em trechos extensos, pela nímia gentileza de seu autor, que os Professores Rosemiro Pereira Leal e Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias foram tidos como seu marco teórico-processual, o que enaltece sobremaneira o Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas Gerais, linha de pesquisa “*o processo na construção do Estado Democrático de Direito*”, no qual nominados docentes estão integrados e propício ambiente acadêmico onde a tese de doutorado que lhe serviu de base foi bem elaborada.

Com efeito, lê-se na obra prefaciada: “*O que serve de moldura teórica em Brêtas, [...], é a sua consistente e congruente linha de estudo e pesquisa em processo constitucional democrático lastreado em direitos fundamentais e a leitura de desmistificação da figura de um Estado blindado (sem responsabilidade jurídica), diante dos danos causados ao povo. Igual importância vem dos estudos de Rosemiro Pereira Leal e sua teoria neoinstitucionalista, que compreende o processo como ‘pacto-sígnico’, em que os legitimados ao processo conquistam discernimento da linguagem usada correntemente – bastante impregnada de ‘significados equívocos’ –, conseguindo deste modo penetrar no fundamento do plano instituinte/constituente do Direito, a fim de tornar a demarcação e construção do sistema jurídico um corpo exposto a testificações, expressão peculiar de Karl Popper (racionalismo crítico), outro elo da nossa base epistemológica. Os dois – Brêtas e Leal – cada um a sua maneira, lançaram lições para nos conduzir diretamente à nossa preocupação de interrogar a figura do ‘segredo de Estado’, assunto frequentemente discutido fora do sistema jurídico (moral, costume, ética, justiça, mito da paz) para justificá-lo no recinto da classificação de informações”.*

Assim, em meu próprio nome e em nome dos demais Professores integrantes do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito

da PUC Minas Gerais, valho-me da oportunidade para agradecer ao Professor Doutor André Del Negri as referências elogiosas feitas na obra prefaciada, em relação às pesquisas realizadas por seus docentes e discentes na linha de pesquisa do projeto didático-pedagógico do referido Programa “*o processo na construção do Estado Democrático de Direito*”.

Enfim, por tais razões, cumprimento o autor pela preciosa publicação, evitando alongar-me em digressões desnecessárias, embora o livro esteja repleto de muitos outros relevantes aspectos jurídicos e políticos.

Recomendo sua leitura à comunidade científica, na certeza de que será proveitosa. Não deve vacilar o leitor em percorrer avidamente suas páginas, meditar sobre seus densos conteúdos e admirar a elegância da escrita escorreita empregada pelo autor. Assim o fazendo, estou convicto, comungará da minha opinião de que a obra não tem símile na literatura jurídica brasileira.

Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias
Doutor em Direito Constitucional e
Mestre em Direito Civil pela UFMG
Professor Coordenador Adjunto do Programa de
Pós-Graduação em Direito da PUC Minas Gerais
Ex-Advogado Chefe Adjunto da Assessoria Jurídica
Regional do Banco do Brasil S.A., em Minas Gerais

O título do livro não esconde a intenção do autor, que é colocar o tema do “segredo de Estado”, assunto fundado em tempos remotíssimos, por agrupamentos de homens, mas que passa a ser questionado diante de tantos aspectos controvertidos e polêmicos, por meio de uma abordagem multidisciplinar.

O autor abre fendas consideráveis no secular edifício do “segredo de Estado” erguido – sobretudo pelos triunfos romanos por intermédio das *arcana imperii* –, objetivando instalar infiltrações a fim de que a publicidade penetre e passe a ser a moldura no Estado Democrático de Direito. Com isto, a pesquisa flagra muitas contradições nos chamados “segredos de Estado” e colhe copiosas incompatibilidades, porque, sob o vezo do anonimato, como revelam alguns documentos sigilosos revelados, interesses inconfessáveis atuavam corporativamente, o que, ao fim e ao cabo, apresentam entraves à democracia.

É sobre esse embate que o livro se apresenta como novidade. Desta forma, o leitor logo perceberá que se trata de uma pesquisa capitaneada pela crítica, em que o “segredo”, como espaço oculto, longe dos olhos do público, passa a sofrer severas interrogações.

Numa época em que o mundo flerta com a proibidade administrativa, que recua à custa do oportunismo desvairado, há bons motivos para uma leitura séria e ácida sobre o “segredo de Estado”, bem como a impaciência da democracia e do povo com esses canais sigilosos, cobertos por uma lâmina de chumbo, que inclusive, ocultou, em certa medida, crimes ocorridos nos porões insondáveis da ditadura brasileira.

Não se constrói instituições legítimas e eficientes em ambientes onde as sessões acontecem a portas fechadas. Por constituir tema de interesse geral para quantos mourejam nas fainas da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, sintetizamos, neste livro, alguns anos de pesquisa, a fim de alcançar o nosso alvo, que é a desconstrução do “segredo de Estado”.

O certo é que o “segredo de Estado” é um assunto que ainda passa por um processo de desesquifrenização.



D'PLÁCIDO
EDITORA

www.livrariadplacido.com.br

ISBN 978-85-8425-353-1



9 788584 253531